

CONSCIENTIZAÇÃO DIGITAL: FORMANDO CIDADÃOS RESPONSÁVEIS EM AMBIENTES VIRTUAIS E PRESENCIAIS

Claudia Ribeiro¹

Antonio Guilherme da Cruz Lima²

Jessé Marques Lima Costa³

Joberto da Silva Pessanha Junior⁴

Jordana Romero Silva⁵

Resumo: O objetivo principal de nosso estudo é investigar como promover a conscientização digital entre os alunos pode resultar em uma comunidade de cidadãos bem-informados e responsáveis, contribuindo para um ambiente virtual e presencial mais saudável. A motivação para este trabalho, que adota a abordagem de pesquisa bibliográfica, surge da preocupação em relação à maneira pela qual os alunos estão imersos precocemente no mundo virtual, a tal ponto que existe o risco de eles não questionarem ou refletirem sobre suas interações virtuais com outros indivíduos. Com base nas reflexões derivadas do embasamento teórico, também buscamos destacar o papel crucial da escola. Ao introduzir a tecnologia e a internet em suas práticas e metodologias, é imperativo que a escola também promova continuamente a conscientização dos alunos sobre os riscos e limitações associados ao uso da internet. Essa consciência é fundamental para evitar possíveis prejuízos e permitir que os alunos utilizem os ambientes virtuais para aprimorar sua aprendizagem e exercer a cidadania de maneira eficaz.

Palavras-chave: Conscientização Digital. Cidadania. Ambiente Virtual. Responsabilidade. Educação. Interação Online.

1 Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: claudiaedificacao@gmail.com

2 Mestrando em Administração pela Universidade de Fortaleza. E-mail: antonio.lima28@prof.ce.gov.br

3 Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: jessemarques85@gmail.com

4 Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: profjj.pedagogia@gmail.com

5 Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: jordanaromeros@gmail.com

Abstract: The main objective of our study is to investigate how promoting digital awareness among students can result in a community of informed and responsible citizens, contributing to a healthier virtual and face-to-face environment. The motivation for this work, which adopts a bibliographical research approach, arises from the concern regarding the way in which students are immersed early in the virtual world, to the point that there is a risk that they will not question or reflect on their virtual interactions with other individuals. Based on the reflections derived from the theoretical basis, we also seek to highlight the crucial role of the school. When introducing technology and the internet into its practices and methodologies, it is imperative that the school also continuously promote student awareness of the risks and limitations associated with internet use. This awareness is essential to avoid possible harm and allow students to use virtual environments to improve their learning and exercise citizenship effectively.

Keywords: Digital Awareness. Citizenship. Virtual Environment. Responsibility. Education. Online Interaction.

Introdução

Don Tapscott (1996) prevê que um estudante nascido na modernidade, poderá ter sido exposto a aproximadamente 30.000 horas de informações digitais até atingir os 20 anos de idade, isso equivale a 1250 dias ou, 3,4 meses ininterruptos. Em contrapartida, o uso de mídia impressa, incluindo livros e jornais, está em declínio, culminando com a falência de diversas editoras nos últimos anos. Diante de uma cultura dominada por telas, é fundamental refletir sobre quais atitudes, comportamentos e práticas pais, professores e empregadores precisarão adotar para se comunicar e se conectar de maneira eficaz com essa nova geração de indivíduos altamente envolvidos no mundo digital.

Nesse contexto, as escolas estão cada vez mais incorporando tecnologias digitais em suas práticas de ensino, buscando tornar as aulas mais atrativas e familiares para essa geração de alunos que já nasce imersa em um ambiente com muitas e diversas possibilidades de informação. No entanto, com as tecnologias digitais agora presentes nas escolas, também é necessário que os professores e a equipe gestora reflitam junto com os alunos sobre os limites das redes sociais e a necessidade de uma abordagem consciente ao utilizá-las. Isso se aplica especialmente no que diz respeito ao espaço virtual das outras pessoas, conscientizando os alunos sobre a

importância de manter o respeito ao próximo, mesmo nas interações online.

À medida que as escolas incorporam a tecnologia e a internet em suas abordagens de ensino, torna-se um esforço contínuo conscientizar os alunos sobre os riscos e limitações do ambiente digital. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo destacar a importância da escola não apenas como facilitadora do acesso à tecnologia, mas também como uma entidade que promove a compreensão crítica e ética do seu uso. Isso é possível por meio do método de pesquisa bibliográfica. Ao fomentar essa consciência, a escola se torna um espaço onde os estudantes não apenas adquirem conhecimento, mas também desenvolvem habilidades essenciais para exercer a cidadania em um mundo cada vez mais conectado.

A estrutura do trabalho está dividida em três tópicos. Na introdução (tópico 1), destacamos a contextualização do tema, a relevância do estudo, bem como os objetivos e a metodologia adotada. No tópico 2, abordamos como a cidadania é promovida por meio da educação digital, enfatizando o papel da escola na mitigação dos riscos associados às tecnologias digitais. Por fim, no tópico 3, são apresentadas as Considerações finais do trabalho.

Refletindo sobre a cidadania através da educação digital

Vamos começar compreendendo o conceito fundamental de cidadania. No senso comum, a palavra cidadania remete à “condição ou direito de cidadão” (Houaiss, 2009), onde cidadão é definido como aquele “indivíduo que goza de direitos e deveres num país” (Houaiss, 2009, p. 92). A partir dessa perspectiva, a cidadania está relacionada ao indivíduo que exerce seus direitos e obrigações como membro de uma nação (Follone, 2015). Olhando sob a ótica jurídica, a cidadania é entendida como uma qualidade ou estado de ser cidadão; um vínculo político que implica em direitos e deveres políticos em relação ao Estado. Ela é a qualidade do cidadão em relação ao exercício das prerrogativas políticas definidas pela Constituição de um Estado democrático (Diniz, 1998).

Nesse contexto, os cidadãos de um país têm seus direitos e deveres garantidos por leis estabelecidas pelo Estado. Isso é essencial para a organização de uma sociedade, pois assegura que cada indivíduo possa desfrutar de sua liberdade com dignidade, respeito ao próximo e proteção de sua integridade física e mental em todos os ambientes, sejam eles físicos ou virtuais.

O estudo realizado por Gouvêa (2002, p.9), intitulado “Ética e Cidadania: A Busca Humana por Valores Solidários”, destaca a relevância das reflexões sobre as transformações profundas que enfrentamos, especialmente devido ao rápido avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), permitindo a rápida disseminação de informações com impactos ainda desconhecidos.

Nesse contexto, a promoção da justiça social no século XXI, como expressam Ronca e Costa (2002), exige que as tecnologias sejam usadas de maneira ética, que a política assuma a responsabilidade pela aplicação das ferramentas desenvolvidas pela ciência, e que enfrentemos os desafios e busquemos soluções para a integração harmoniosa entre a tecnologia e os seres humanos, visando a uma vida digna para toda a sociedade.

A proposta de Castells (2013) sobre a transformação da sociedade por meio de ações apropriadas para uma sociedade em rede nos leva de volta aos movimentos sociais e coletivos, que podem adquirir proporções simultâneas, locais e globais, com a ajuda da tecnologia. Isso permite a construção de um espaço público digital - uma arena digital pública - por meio de plataformas tecnológicas e conectividade que contribuem para a criação de um ambiente propício para o exercício da cidadania digital e o desenvolvimento da educação (Castells, 2013).

Baseando-nos nesses estudos, torna-se evidente que a conscientização digital emerge como uma ferramenta vital na construção de um ambiente virtual mais saudável e responsável. Este estudo, focado na reflexão da interação dos alunos no mundo digital, bem como na compreensão da cidadania e sua abrangência, enfatiza a necessidade de promover uma compreensão profunda das implicações das ações online.

Dado que são os jovens alunos que estão imersos desde cedo nesse dinâmico ambiente digital, e que estão acostumados com a rapidez das informações, acontecimentos e entretenimento, eles também possuem uma capacidade criativa muito desenvolvida. Portanto, cabe ao ambiente escolar explorar e incentivar sua participação na conscientização do uso consciente e correto das redes sociais, tanto dentro quanto fora da escola. Desafiamos esses alunos a assumirem o compromisso de transformar esse espaço em um ambiente inclusivo e saudável para todas as pessoas, respeitando suas diversas diferenças e particularidades.

Concluimos, portanto, que a cidadania está intrinsecamente ligada aos direitos e deveres de um indivíduo em sua nação. Sob uma perspectiva jurídica, a cidadania envolve a qualidade de ser cidadão e a relação política

com o Estado, concedendo direitos e deveres políticos. Esse conceito é vital para a estruturação social e a garantia de dignidade. Diante desse contexto, percebemos o papel da escola é multifacetado e fundamental. Ela deve assumir a responsabilidade de não apenas proporcionar conhecimento acadêmico, mas também de cultivar habilidades essenciais para a cidadania digital responsável. A escola deve orientar os alunos sobre os benefícios e desafios do ambiente digital, promovendo uma compreensão profunda das implicações das ações online. (Santos, 2020).

Além disso, a escola tem a função de criar um espaço seguro para os alunos explorarem e aprenderem sobre o uso consciente e ético das tecnologias. Ela deve incentivar a participação ativa dos alunos na conscientização sobre o uso das redes sociais, encorajando-os a assumir a responsabilidade de transformar o ambiente virtual em um lugar inclusivo e respeitoso para todos.

A escola também pode promover a reflexão crítica sobre o impacto das tecnologias na sociedade, incentivando os alunos a considerarem questões éticas e a compreenderem como suas ações online podem influenciar a vida real. Além disso, ao integrar a tecnologia de forma pedagogicamente relevante, a escola prepara os alunos para enfrentar os desafios da era da informação, capacitando-os a usar as ferramentas digitais de maneira produtiva e responsável.

Considerações finais

Consideramos que atingimos o objetivo principal de reconhecer o papel significativo e poderoso desempenhado pela escola nesse cenário. A incorporação da tecnologia e da internet nas práticas educacionais não deve se limitar a uma abordagem puramente técnica; deve ser acompanhada pelo compromisso constante de educar os alunos sobre os riscos e responsabilidades associados ao uso dessas ferramentas. Ao promover a conscientização, a escola transcende sua função tradicional de mera transmissora de conhecimento, assumindo o papel transformador de forjar cidadãos digitais éticos e capacitados.

Em última análise, este estudo destaca a relevância de sincronizar o avanço tecnológico com a educação para a cidadania, fornecendo aos alunos as ferramentas essenciais para navegar nas plataformas online de maneira informada, respeitosa e responsável. O investimento na conscientização digital não apenas protege os alunos de possíveis perigos,

mas também os capacita a desfrutar dos benefícios da tecnologia de forma segura, enquanto contribuem positivamente para um ambiente virtual mais saudável e colaborativo.

Referências

- Castells, Manuel. (2013). **Redes de indignação e esperança.** Movimentos sociais na era da internet. Zahar: Rio de Janeiro.
- Diniz, Maria Helena. (1998). **Dicionário Jurídico.** Vol. 1. São Paulo: Saraiva.
- Dyson, Robert G., et al. (2001). "Pitfalls and protocols in DEA. **European Journal of operational research**, 132.2: 245-259.
- Follone, Renata Ap. (2015). **Globalização e Cidadania: uma nova visão e seus reflexos jurídicoconstitucionais.** Birigui-sp: Editora Boreal, 2015.
- Gouveia, Fernanda. (2014). O currículo escolar na encruzilhada das diferenças. **Estado mínimo-Escola mínima**, p. 104-113.
- Houaiss, Antônio et al. (2001). **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva.
- Jesus, Damásio De; Milagres, José Antonio. (2016). **Manual de Crimes Informáticos.** São Paulo: Saraiva. 245 p.
- Tapscott, Don. (1996). "The rise of the net-generation." **Advertising age** 67.42: 31-32.